

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"Uma revolução não é um mar de rosas. É uma luta de morte entre o futuro e o passado". (Fidel Castro)

Uma publicação da Célula Comunista de Trabalhadores (CCT) e da União Reconstrução Comunista (URC)

rumosdaluta@gmail.com

Número #14 JUNHO/2022



"Muita saúva, pouca saúde, os males do Brasil são"

Enquanto as áreas fundamentais para uma condição de vida decente vão de mal a pior, assistimos ao presidente Bolsonaro e membros do poder judiciário sorridentes, em negociatas às portas fechadas, com o homem mais rico do mundo. De fato, eles devem ter motivos para estarem felizes. **PÁGINA 3**



CRACOLÂNDIA E MISÉRIA EM SP

PÁGINA 6

O que está por vir?

leia o editorial na página 2



Pelo Direito à Vida e pela Vida com Direitos

O jornal Rumos da Luta tem dado, a um ano, desde o início das nossas atividades, a sua contribuição neste sentido, bem como as organizações que trabalham para que este importante instrumento da organização e da luta dos trabalhadores circule mensalmente, nos locais de trabalho, moradia e estudo de parcela importante da nossa classe. Avancemos camaradas, em nosso nome e em nome dos milhões de trabalhadores e desempregados brasileiros, em nome dos que podem lutar e daqueles cuja vontade para resistir foi usurpada, avancemos! **PÁGINA 4**

Como um país socialista combate a pandemia

INTERNACIONAL página 5

A Saúde pública, o SUS e as trabalhadoras da saúde na pandemia

MULHERES página 7

O que está por vir?



Nos últimos meses, conforme registrado em nossas páginas, ocorrem importantes lutas, de diferentes categorias, em diversas partes do nosso país. Profissionais da Educação, Metroviários e outros em Minas Gerais, se mobilizaram em defesa de seus direitos. Agora em maio são os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que travam uma dura batalha contra a direção da empresa. Certamente, há outros setores em luta pelo Brasil afora, dos quais não pudemos tomar conhecimento.

Apesar da disposição de luta demonstrada, tal resistência não se unifica, devido ao desinteresse das entidades que controlam o movimento operário e sindical em promover sua unificação. A esquerda da ordem não quer unificar as lutas, pois isso iria contra os interesses burgueses, dos quais é fiel servidora.

O que fizeram as centrais sindicais da esquerda da ordem nos últimos meses?

Segundo se divulgou, fizeram uma conferência semipresencial em 7 de abril e entregaram aos poderes legislativo e judiciário no dia 12 deste mesmo mês, um documento intitulado CONCLAT 2022 - Pauta da Classe Trabalhadora. O documento é assinado pelas seguintes entidades: FS, CUT, UGT, CTB, NCST, CSB, INTERSINDICAL (Central), INTERSINDICAL (Instrumento) e PÚBLICA.

Todos sabemos que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), en-

tidade que assessora os sindicatos, é naturalmente, estreitamente vinculado às entidades acima referidas. O DIEESE publicou a Nota Técnica 267, de 10 de janeiro de 2021, na qual critica com muita propriedade um estudo, realizado a pedido do Ministério do Trabalho, no qual aponta-se para uma nova reforma trabalhista, que viria limitar ainda mais os nossos direitos. A nota assim se inicia: "A portaria SEPRT/ME nº 1.001, de 4 de setembro de 2019, republicada em 12 de setembro de 2019 pela então Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Previdência, atualmente, Ministério do Trabalho e Previdência (MP nº 1.058, de 27 de julho de 2021), criou o Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet) com o objetivo de avaliar o mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da "modernização das relações trabalhistas". O Grupo é formado por ministros de Estado, desembargadores e juízes da Justiça do Trabalho, procuradores, economistas, pesquisadores e advogados".

Note-se, que no documento entregue pelas centrais em Brasília em 12 de abril, não há uma única referência à nota técnica produzida pelo DIEESE mais de um ano antes.

Qual o motivo de tal omissão?

Entendemos que o motivo da omissão da nota técnica do DIEESE no documento entregue pelas centrais em Brasília é o mesmo motivo pelo qual as

centrais não se esforçam por unificar as lutas em curso. Como dissemos e temos apontado e vamos continuar denunciando em nossas páginas, a esquerda da ordem, que inclui partidos como o PT, PC do B, PSOL, entre outros, dirige algumas das centrais sindicais acima referidas. Denunciar os planos para novos ataques aos direitos dos trabalhadores e unificar as lutas em curso contra estes mesmos ataques seria contrariar os objetivos da esquerda da ordem, que é o de perpetuar o sistema capitalista, tentando nos convencer a aceitar uma administração "humanizada" do capitalismo e de suas crises.

Para além da necessária denúncia da orientação política dos partidos social-democratas e de suas centrais sindicais, é necessário que os revolucionários e patriotas do Brasil se empenhem com redobrado esforço no sentido de reconstruir as ferramentas de luta do proletariado e dos camponeses. A reconstrução do partido revolucionário do proletariado e de um sindicalismo classista dos trabalhadores são tarefas fundamentais a serem desenvolvidas com urgência, dado que assistimos o deslizamento cada vez mais rápido de um conjunto de organizações para posições pró-burguesas no movimento operário e sindical. A burguesia atua na luta de classes com clareza de objetivos e de forma muito organizada. Cabe a nós nos prepararmos para estarmos à altura dos desafios que enfrentamos.

RUMOS DA LUTA REALIZA SEMINÁRIO SINDICAL

De 6 a 8 de maio ocorreu em Roma, na Itália, o XVIII Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM), no qual se fez um balanço da atividade desenvolvida desde 2016 e tomaram-se decisões importantes para o trabalho no próximo período. No dia 4 de junho, o jornal Rumos da Luta promoveu um seminário sindical na Escola Estadual D. Pedro, na Zona Leste de São Paulo, no qual, entre outras coisas, deu continuidade à divulgação das decisões do referido congresso.

A abertura dos trabalhos foi feita por Bonfim (professor aposentado) que abordou a conjuntura e Marco (diretor da EMEF Dama entra Rios Verdes, membro

do Conselho Geral do Sinpeem), que, inicialmente apresentou a Nota Técnica do DIEESE, nº. 267, de setembro de 2019, que critica o estudo feito a pedido do Ministério do Trabalho, visando uma nova reforma trabalhista, que, se aplicada, limitará ainda mais os nossos direitos. Em seguida, abriu-se a palavra aos participantes.

Após o intervalo, Marco apresentou documento da CONCLAT/2022, entregue por algumas centrais sindicais aos poderes Legislativo e Judiciário em Brasília, em abril. O mesmo fez notar que o documento da CONCLAT não faz nenhuma referência à nota técnica do DIEESE.

Em seguida abriu-se novamente

a palavra aos participantes e apresentaram-se as seguintes propostas indicativas: denunciar o teor da nota técnica o mais amplamente possível e a omissão das centrais sindicais; assumir a campanha pela redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem redução de salários, aprovada no XVIII congresso da Federação Sindical Mundial; realizar encontro em 26 de novembro de 2022 para discutir essa e outras questões; aproveitar a realização da segunda edição da Feira do Livro na Vila Yolanda, em 30 de julho, para divulgar essa proposta; debater a questão sobre o capitalismo e a subordinação do negro e da mulher.

“Muita saúva, pouca saúde, os males do Brasil são”



A famosa frase da obra “Macunaíma” de Mário de Andrade continua atual no Brasil no ano em que a Semana de Arte Moderna completa seu centenário.

A saúva, que era uma praga temida na lavoura brasileira, talvez já não faça tanto mal. No entanto há outras pragas, a maior delas é o agronegócio, que monopoliza a terra, o maquinário, os insumos agrícolas. Disso resulta que grande parte dos brasileiros não comam, ou se alimentem precariamente, o que os torna mais vulneráveis ao adoecimento.

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social, o percentual dos nossos compatriotas que não tiveram condições para se alimentar ou prover alimentos à sua família em algum momento no último ano subiu para 36% em 2021.

E são, como sempre, os mais pobres que mais sofrem. Na população mais empobrecida, a insegurança alimentar aumenta a galope nos últimos anos. O percentual chegou aos absurdos 75%, média bastante próxima da situação da fome em países mais pobres do continente africano, por exemplo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também apresentou pesquisa neste ano que conclui que 116 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar e 19 milhões passavam fome.

E mesmo aqueles brasileiros e brasileiras, mesmo que com dificuldades, conseguiram prover alimentos para sua família, ficam apreensivos com as chances de não mais poder fazê-lo. A inflação e o

agronegócio fazem com que os preços de produtos básicos para a mesa das famílias aumentem a cada mês. O quilo do arroz segue por volta de R\$ 4, o feijão aumentou para quase R\$ 8, enquanto que 500 gramas de café quase dobraram de preço passando a valer quase R\$ 20. O açúcar, o sal, a farinha de trigo também seguem aumentando de preço a cada mês, enquanto a carne fica com preço proibitivo para a maior parte do nosso povo.

A saúde da maioria do povo, em que pese alguns avanços conquistados ao longo do século XX, está em aberta regressão. As notícias dão conta do retorno de doenças que entre nós haviam sido erradicadas, como é o caso do sarampo e da tuberculose, que são doenças típicas da pobreza.

O povo brasileiro se vê mais uma vez exposto ao risco de inúmeras doenças, que ampliam a contaminação cada vez mais. No primeiro trimestre de 2022, número de casos de dengue, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, subiu 85% em relação ao ano passado. Entre 2018 e 2021, houve quase 40 mil casos de sarampo no país, com 40 óbitos, dentre as quais crianças, que morreram por uma doença evitável cuja vacina disponível é de extrema eficácia.

A pandemia do COVID-19 mostrou claramente os problemas que enfrentamos, pois o combate à moléstia necessitava da higienização dos ambientes. Mas como higienizar adequadamente o ambiente de quem é obrigado pela especulação imobiliária e inflação de aluguéis nas grandes cidades a viver amontado nas ruas, cortiços ou favelas?

Com relação à saúde mental, nossa situação também é catastrófica. Basta ver o recorrente noticiário sobre as cracolândias espalhadas por nossas cidades. Aí estão milhares de pessoas, jovens em boa parte, que sem perspectivas de trabalho e consequentemente, de vida, se entregam à dependência das drogas, sob os olhares coniventes do poder público a serviço da burguesia. Basta ver o que vem acontecendo no centro de São Paulo, onde a polícia militar finge combater o tráfico usando apenas a violência contra os dependentes químicos famélicos que vagam pela região.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o responsável para que a tragédia brasileira não seja ainda maior, mas o fato é que ele vem sendo destruído, para favorecer os grupos que lucram nesse setor. Estudo publicado no Caderno de Saúde Pública 2022;38, da Fiocruz, baseado na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), “indicam que, no Brasil, pagar um plano de saúde aumenta o percentual da renda gasto com saúde e não reduz a probabilidade de ter gastos excessivos com saúde”. E agora o governo autorizará mais um aumento que poderá chegar a 40% para quem ainda conseguia pagar um plano de saúde.

Enquanto as áreas fundamentais para uma condição de vida decente vão de mal a pior, assistimos ao presidente Bolsonaro e membros do poder judiciário sorridentes, em negociatas às portas fechadas, com o homem mais rico do mundo. De fato, eles devem ter motivos para estarem felizes.



Pelo Direito à Vida e pela Vida com Direitos

Já não é de hoje que os sucessivos governos, todos a serviços da burguesia e do seu sistema, o capitalismo, nos negam o direito a uma vida decente, com garantia dos nossos direitos.

Atualmente assistimos ao espetáculo da miséria a olhos nus. Todas as grandes cidades do Brasil viraram campos de refugiados habitados por nossos irmãos. A miséria está a céu aberto, sendo explorada por este ou aquele lado da balança.

Para quem nos explora (e para aqueles que querem administrar os negócios destes) nada importa, muito menos a condição da classe trabalhadora, bem como a de milhões de desempregados, muitos deles postos em tal condição que nada mais lhes resta de dignidade para os unir a sociedade, daí ocuparem praças, parques, ruas, marquises, beiras de rios, enfim, ocuparem todos os espaços das grandes cidades com barracas, barracos, cobertas, papelões e com tudo o que lhes possa, ainda, garantir a vida, até que mais nada exista a não ser o vai e vem de uma massa de zumbis corrompidos pelas drogas lícitas e ilícitas, uma massa desumanizada a quem os nossos olhos embrutecidos já não nos permitem ter compaixão.

E ainda existe uma outra parcela que, mergulhada em promessas de um lugar melhor, busca refúgio nas diversas igrejas que se espalham, tal qual os botecos e pontos de venda de drogas, pelos bairros dos trabalhadores, prometendo o enriquecimento, ou tão somente tentando fazer a dor das nossas condições parecerem menos doloridas.

Estamos buscando de um lado e dos outros um algo qualquer que nos permita acreditar que estes dias serão, senão melhores, menos ruins.

Recente documento publicado ao término da última (e bem pouco divulgada) Conferência da Classe Trabalhadora (CONCLAT), assinado por 9 das várias Centrais Sindicais existentes no Brasil, localiza a origem dos problemas que atingem a classe trabalhadora no ano de 2016. Para aqueles honoráveis analistas, nossos problemas começaram naquele ano, antes disso éramos felizes e não sabíamos.

Naquele documento, dizem os que se pretendem dirigir a luta dos trabalhadores, que é preciso revogar “os marcos regressivos da legislação trabalhista, previdenciária”, parece apropriado, e é! En-

tretanto, apenas para os nossos ilustres dirigentes, que estão ao lado daqueles que se colocam a disposição do capitalismo, a fim de dirigirem os interesses da sua classe: a burguesia.

Nenhuma linha no documento da CONCLAT aponta no sentido de dizer que as organizações que dirigem a luta dos trabalhadores vão avançar na luta por direitos, pedem apenas que se volte ao que era antes de 2016, como se lá, naquele paraíso na Terra, não houvesse, por exemplo, desemprego, segundo o UOL Economia, o índice de desemprego em 2015 foi de 9,6% da população economicamente ativa, tendo aumentado em 2,7 pontos de 2014 para 2015. Dados apurados no site G1, indicam que em 2013, após 10 anos, o número de miseráveis aumentara, saltando de 10,08 milhões em 2012, para 10,45 milhões em 2013, nada perto dos 27 milhões de miseráveis apurados em 2021? Sim, é verdade, como também é verdade que nada há para se comemorar quando 10, 45 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da miséria, ou, como diz um ditado popular: “não tem onde caírem mortos”!

A situação fica, ao menos para nós, trabalhadores, ainda mais problemática quando nossas organizações ficam a serviço do capitalismo, buscando oferecer a melhor saída da crise, para eles, capitalistas.

Falam em políticas de valorização do salário-mínimo, com reajustes pela inflação, mas nada dizem da adoção do salário-mínimo do DIEESE, hoje R\$ 6.394,76, ou seja, o mínimo que todo trabalhador brasileiro deveria ganhar para garantir uma vida digna.

Nos oferecem as migalhas e nos dizem para ficarmos felizes, voltemos a 2010, lá éramos felizes.

Falam de reforma agrária, mas não apresentam os números que mostram o pífio avanço do Brasil neste campo.

Segundo o estudo A Reforma Agrária nos Ciclos Políticos do Brasil (1995-2019), nos dois mandatos do presidente Lula (PT) foram assentadas cerca de 613 mil famílias, porém, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) assentaram-se 540 mil famílias, um número não muito distante do que apresenta o PT, porém, com uma diferença enorme, já que o PSDB é um partido historicamente contrário a reforma agrária. O que falar então deste mesmo ponto duran-

te o período 2011 a 2015, governo da presidente Dilma Rousseff (PT), quando foram assentadas apenas 137 mil famílias?

Não, nós não éramos felizes e sabíamos disso!

Precisamos nos organizar para a refundação de um partido que esteja totalmente ligado aos trabalhadores e aos seus interesses de classe, cuja as bandeiras digam respeito aos interesses dos trabalhadores, que não defenda a regulamentação da hora extra, mas a redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários, que não fale em um novo marco para os direitos trabalhistas e previdenciários, mas da revogação das contrarreformas regressivas que atingiram aos trabalhadores e de reformas que façam avançar nossos direitos.

Que organize a luta nas ruas, nos locais de trabalho, de estudo e moradia, que não defenda os interesses da burguesia, enquanto finge se preocupar conosco.

Um partido cuja principal tarefa seja organizar a classe trabalhadora, não eleger candidatos que se perpetuam em seus mandatos a ponto de se misturarem tanto com nossos inimigos de maneira a que não percebemos mais as sutis diferenças que anteriormente poderiam existir entre o joio e o trigo.

Nossos interesses são outros e não podemos senão defendê-los. Nada de busca de mandatos, nada de dirigentes comprometidos com partidos a serviço da burguesia, nossa luta é outra. Busquemos nos organizar em nossos locais de trabalho, moradia e estudo, organizemos, nestes espaços, comitês para discutir nossas condições de vida, definamos alianças entre estes diversos comitês e contribuamos para refundação do partido revolucionário do proletariado.

O jornal Rumos da Luta tem dado, a um ano, desde o início das nossas atividades, a sua contribuição neste sentido, bem como as organizações que trabalham para que este importante instrumento da organização e da luta dos trabalhadores circule mensalmente, nos locais de trabalho, moradia e estudo de parcela importante da nossa classe.

Avancemos camaradas, em nosso nome e em nome dos milhões de trabalhadores e desempregados brasileiros, em nome dos que podem lutar e daqueles cuja vontade para resistir foi usurpada, avancemos!



Como um país socialista combate a pandemia

Desde o começo da pandemia do novo coronavírus e as contagens feitas dos casos e mortes causadas em todo o mundo, não foi necessário muito tempo para que víssemos na mídia brasileira algumas notícias sobre a Coreia do Norte, que anunciava não ter registrado naquela época nenhum caso positivo.

Acostumados as suas próprias mentiras, o jornalismo brasileiro logo correu para afirmar que os dados divulgados eram obviamente falsos, uma vez que vinham de um país fechado, governado por um Partido autoritário, etc., enfim, todos os clichês que já conhecemos.

Bastava conhecer um pouco de geografia e acompanhar as informações disponíveis para entender que o quadro sem contaminações tinha sustentação: por fazer fronteira com a China, país que registrou os primeiros casos, a Coreia do Norte fechou as fronteiras, suspendeu atividades em portos e aeroportos e fez isolamento das regiões fronteiriças e a quarentena dos habitantes, seguidos de todas as medidas de prevenção e profilaxia nos meses seguintes a eclosão desse problema de saúde mundial.

Desde então, o povo coreano na RPDC viveu livre da COVID-19, a partir de um bom trabalho do Estado na prevenção, que obrigou o país a se fechar em suas fronteiras para evitar a entrada do vírus. O que evidentemente não é uma tarefa fácil e que causa imensos prejuízos ao país, mas problema este que a Coreia do Norte teve que aprender a lidar há mais de sete décadas diante do bloqueio econômico criminoso imposto pelos Estados Unidos e seus comparsas na ONU.

Nesse período, a Coreia do Norte chegou a negar gentilmente fazer parte do consórcio internacional de vacinas Covax Facility, alegando que uma vez que até então havia tido êxito no controle sanitário, o mais correto a se fazer era encaminhar aquela quantidade de vacinas (de qualquer forma insuficiente para imunização geral da sua população) para outras nações que haviam sido mais afetadas pela nova doença.

Contudo, no último mês foi registrado o primeiro caso de contaminação pelo novo coronavírus no país e o início da transmissão entre a população. Mas felizmente para o povo coreano, o Partido do Trabalho da Coreia colocou com emergência nacional o combate à COVID-19 e a proteção da sua população.

Entre outras providências, ao colocar todas as medidas sanitárias para o controle da pandemia como a tarefa primordial do Estado, mobilizou toda a sociedade norte-coreana a contribuir e fortalecer a área da saúde estatal, com médicos, enfermeiras, militares, professores, etc. para atuar em todos os níveis para garantir o isolamento social e o atendimento médico dos contaminados.

Como resultado desse esforço nacional, O Estado socialista já avança em um projeto de melhoria da qualidade teórico-científica e profissional do contingente de trabalhadores sanitários, para que o país seja capaz de reagir mais rápida e corretamente a qualquer crise sanitária futura. Mais de 300 mil funcionários de saúde, docentes e estudantes de entidades formadoras de pessoal médico são mobilizados todos os dias na campanha anti-epidemia, entidades profiláticas de emergência a di-

ferentes níveis tomam medidas eficazes para os fazer assimilar os conhecimentos necessários.

Assim como também foi ordenado que seja planificada a produção de mais equipamentos de testagem e de tratamento de diversos tipos, além de insumos, reativos e outros materiais hospitalares. Também foi indicado que as farmacêuticas devem ser remodeladas e modernizadas para produzir mais e melhor os medicamentos necessários para o combate ao coronavírus e demais doenças.

Assim, após ter feito o balanço dos erros cometidos que permitiram o início da pandemia, a Coreia do Norte já avalia positivamente o esforço coletivo realizado para a contenção da doença desde o primeiro caso registrado. Dados divulgados no final de maio, dão conta que 3.738.810 casos foram registrados, dos quais 94% se recuperaram e cerca de 177 mil pessoas contaminadas estavam ainda em tratamento, com apenas 70 mortes contabilizadas.

O velho mote de que “saúde não é mercadoria” só é possível ser concretizada em um país onde os trabalhadores e o seu partido tomaram o poder e passaram a construir o socialismo. Enquanto houver o capitalismo, a garantia da saúde do povo será sempre trocada pelo lucro de poucos parasitas.

Assim podemos ver no caso da RPDC, um cenário bastante diferente do que o nosso país passou, desde que os primeiros casos foram registrados por aqui, com o descaso e falta de estrutura do Estado, que resultou até hoje na morte de mais de 666 mil brasileiros e brasileiras que poderiam ter sido evitadas.



Cracolândia e miséria em SP

A Constituição Federal de 1988 garante, em tese, que todo brasileiro tem direito à alimentação, à habitação, à saúde, à educação, ao trabalho, salário mínimo, ao lazer, à segurança, à previdência e a assistência social.

Pois bem, no final do ano de 2021, a prefeitura do município de São Paulo encomendou um Censo para identificar em números o que era visível aos olhos, a população em situação de rua cresce na cidade. Segundo reportagem a CNN Brasil, a população em situação de rua localizada na cidade de SP cresceu 31%. Os números oficiais apontam que, até aquele momento, eram 31.884 pessoas nessas condições. Para fins de comparação, o Censo de 2019 apontava para 24.344 pessoas em situação de rua. Um agravante desses números é que além de expor o caráter de classe da explosão da miséria e degradação humana, tem seu componente étnico/racial que não pode ser ignorado, pois 70,8% dessas pessoas em situação de rua são pretos ou pardos, dado revelador sobre a relação entre racismo e capitalismo no Brasil.

O processo de marginalização dessas pessoas chega a tal nível que a maioria delas sequer tem acesso, por inúmeros fatores, a abrigos e políticas sociais mais substanciais para mudança dessas condições de vida: 19.209 pessoas estão vivendo nas ruas da cidade – nas piores condições possíveis – e 12.675 pessoas em abrigos de acolhimento ligados a rede socioassistencial municipal. Essa pesquisa ainda aponta para o crescimento do que, cinicamente, chamam de moradias improvisadas que, em geral, são barracas. Entre 2019 e 2021 tem um crescimento de 330% deste tipo de abrigo precário nas ruas e avenidas.

Cabe dizer que existe uma possibilidade significativa desses números corresponderem uma subnotificação, a tendência é que os números reais sejam maiores que os oficiais, assim como denuncia o Padre Júlio Lancellotti, ao questionar os métodos do Censo 2021.

Nesses contextos, onde o imperialismo não consegue esconder a desigualdade e a miséria que promove, sobretudo em uma semicolônia como o Brasil, sempre se busca uma forma de individualizar a responsabilidade aos sujeitos que são vítimas dessa situação. O Censo de 2021, ao estabelecer o “perfil” das pessoas que estão em situação de rua, indica, também, os “motivos” para estarem em tal situação, sendo principalmente: 34,7% por conflitos familiares; 29,5% por dependência de álcool e/ou outras drogas; 28,4% por perda de trabalho e renda. No entanto, sabemos que a responsabilidade da existência desta

realidade trágica para milhares de brasileiros é do próprio sistema capitalista – em seu período imperialista – onde intensifica em patamares cada vez maiores a concentração da riqueza mundialmente produzida e, como consequência direta, produz um aprofundamento do empobrecimento e miserabilidade econômica para maior parte da população mundial. As pessoas não são culpadas pela miséria econômica em que estão, mas o capitalismo e as corporações monopolistas são, sim, os reais culpados.

Ao atribuir, por exemplo, que 29,5% das pessoas que estão em situação de rua só o estão por conta da dependência de álcool e/ou drogas, sem levar em conta que, em um país que promove o empobrecimento em massa – elevando os custos de moradia e alimentação somado ao contexto de desemprego generalizado – torna-se possível afirmar que as taxas de consumo de álcool e drogas aumentarão. E como, corretamente, colocou o jovem líder comunista do Partido dos Panteras Negras, Fred Hampton: “a dependência química é um sintoma monstruoso da malignidade que assola o tecido social deste sistema capitalista. A dependência de drogas é um fenômeno social que cresce organicamente a partir do sistema. Todo fenômeno social que emana de um sistema que está baseado em e dirigido por antagonismos de classe devem ser analisados a partir de um ponto de vista de classe”. Infelizmente, essa pode ser a única forma de lidar com essa realidade das mais cruéis que o povo pobre brasileiro é colocado.

A cartilha “Conhecer para lutar”, do Movimento Nacional da População de Rua contextualiza a situação real: “As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição para que o capital possa se reproduzir e aumentar sempre seu lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos”.

Historicamente, a presença da Cracolândia sempre foi um problema para as elites que residem em São Paulo. Aquelas pessoas, naquelas situações tão precárias, sempre tiveram como principal interlocutor do Estado a repressão da PM e uma política “social” de caráter higienista, que sempre corroborou com a lógica de expulsão das pessoas daquele território. Ainda que existam trabalhadores e trabalhadoras, militantes e ativistas realmente compromissados com a defesa dos direitos da população em situação de rua, o poder público e seu aparelho repressivo sempre deram as car-

tas sobre como lidar com esse problema. No último dia 27/05 não foi diferente, sob o comando da Polícia Civil, aconteceu uma força tarefa de repressão e dispersão da população em situação de rua localizada na região da Cracolândia. Em um verdadeiro circo dos horrores, o espetáculo exigiu inúmeras viaturas, veículos blindados e até atiradores de elite para saciar a fome burguesa de repressão ao povo pobre brasileiro. Tal ação justificada sob a narrativa de “combate ao tráfico de drogas”.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, em resposta ao G1, “o veículo blindado é usado frequentemente em operações realizadas na região, por questões estratégicas”. O que devemos nos perguntar é qual estratégia justifica a utilização de um veículo blindado em uma realidade onde aquelas pessoas não tem qualquer condição de resistir a tal investida dos aparelhos de repressão. Vai para conta do espetáculo?

Em fala ao mesmo portal já citado, o advogado e especialista em direitos humanos pela PUC-SP e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Ariel de Castro Alves aponta que “as operações na Cracolândia viraram uma operação de guerra contra pobres e doentes. Uma ação marqueteira da prefeitura e do estado com fins políticos e eleitorais para, depois de tantos anos de omissão e corrupção policial, fazerem de conta que estão atuando para resolver o problema”.

Essas operações de “limpeza” da prefeitura de São Paulo conseguem, no máximo, alterar o fluxo da Cracolândia. No entanto, é incapaz de solucionar a questão, pois no capitalismo em geral e no capitalismo brasileiro não se terá solução para a miséria, o empobrecimento, o desemprego e todas as suas consequências. A população em situação de rua terá uma solução definitiva para sua condição somente por meio da luta revolucionária e pelo socialismo, bem como o problema da dependência química só será combatido efetivamente e com todos os preceitos humanitários sob a condução do Estado proletário.

O ano de 2026 marcará o vigésimo aniversário da Lei de Drogas, sancionada pelo governo Lula, que teve como resultado criminalizar ainda mais a juventude brasileira, sobretudo a juventude preta e periférica (que compõe em larga medida os números da população em situação de rua) sob a bandeira de “guerra às drogas”. Com Lula ou com Bolsonaro, o encarceramento em massa prossegue, assim como o crescimento da população em situação de rua. Longe de serem acontecimentos contrários, eles coexistem e estão intimamente ligados.

A Saúde pública, o SUS e as trabalhadoras da saúde na pandemia



Atualmente é considerada Saúde Pública todo o conjunto de medidas executadas pelo Estado para garantir um bem estar físico, mental e social da população. O objetivo básico da saúde pública é garantir que toda a população tenha acesso ao atendimento médico de qualidade. No Brasil, a saúde pública é regulamentada pela ação do Estado, através do Ministério da Saúde e demais secretarias estaduais e municipais. O Ministério da Saúde foi criado em 1953, foi quando também iniciaram-se as primeiras conferências sobre saúde pública no Brasil. Daí, surgiu a ideia de criação de um sistema único de saúde, que pudesse atender toda a população. Em 1970 surgia o Movimento Sanitarista, formado por profissionais da saúde, intelectuais e partidos políticos. Eles discutiam as mudanças necessárias para a saúde pública no Brasil; uma das conquistas deste grupo foi a realização da 8ª Conferência Nacional da Saúde, em 1986. O documento criado ao final do evento era um esboço para a criação do Sistema Nacional de Saúde.

A Constituição de 1988 traz a saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado. O sistema de saúde público deve ser gratuito, de qualidade e acessível a todos os brasileiros e ou residentes no Brasil.

A Lei Federal 8.080 de 1990 regulamenta o Sistema Único de Saúde. De acordo com a legislação, os objetivos do SUS são: identificar e divulgar os condicionantes e determinantes da saúde; formular a política de saúde para promover os campos econômico e social, para diminuir o risco de agravos à saúde; fazer ações de saúde de promoção, proteção e recuperação integrando ações assistenciais e preventivas.

O SUS é o maior sistema de saúde pública do mundo, segundo estimativas, 70% da população – mais de 148 milhões de brasileiros – depende dos serviços públicos para cuidar da saúde, contudo o subfinanciamento coloca o Brasil em último lugar nos investimentos em saúde segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O

Sistema Único de Saúde sofre um processo de desmonte e sucateamento com um intenso processo de privatização e precarização do trabalho. Nos últimos anos, se tem discutido sobre a participação complementar de entidades paraestatais sem fins lucrativos, tais como Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos serviços de saúde pública, conforme previsto no disposto no art. 199 da Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde de nº 8.080/1990 autorizam apenas a sua transferência complementar. Entende-se por participação complementar a execução de atividades-meio da administração pública, e não daquelas classificadas como atividades fim. Neste contexto, o Estado não poderia transferir a gestão completa de um hospital ou unidade de atendimento a uma entidade privada. O que vem ocorrendo no Brasil é a terceirização dos serviços públicos para às Organizações Sociais, cuja atuação passa a ser integral e não complementar conforme determina que seja a Constituição Federal de 88 e a Lei nº8.080/1990. Apesar dos poucos recursos, falta de funcionários e de equipamentos adequados o Sistema Único de Saúde foi eleito pelo Datafolha pelo segundo ano seguido, como o melhor serviço público da cidade de São Paulo.

Com a Covid-19 os profissionais da saúde e principalmente do SUS foram os mais impactados pela pandemia. Colocando estes profissionais em uma posição de muito risco. A falta de equipamentos de proteção individual, de formação profissional sobre a doença (treinamento), de suporte dos governos Federal, Estadual ou Municipal os colocaram em situação precária e de alta vulnerabilidade, a maioria dos profissionais sentiam medo de trabalhar nestas condições. Constatou-se: “Um sentimento de descaso, o Estado abandonou os seus profissionais da saúde”.

No caso das mulheres além do trabalho na linha de frente, muitas tiveram que se isolar, afastando-se dos seus familiares, após o isolamento na sua maioria

tiveram sua jornada de trabalho acrescida pelo cuidado a outros familiares e as crianças já que estas ficaram sem acesso as escolas e creches e no momento tiveram que evitar o contato de crianças com avós, que faziam parte do grupo de risco. No caso das profissionais de saúde que são “mães-solo”, essa pode ter sido uma situação-limite. As mulheres profissionais de saúde estavam mais vulneráveis que seus colegas homens aos riscos de fadiga, “Burnout” e sofrimento psíquico.

O Brasil teve o maior número de profissionais de profissionais infectados e mortos do mundo.

Após dois anos de pandemia os profissionais da saúde: médicos, enfermeiros, auxiliares de limpeza e seguranças relatam o cansaço após uma luta diária contra o novo coronavírus desde março de 2020. Segundo a OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), desencadeou aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. Entre os profissionais da saúde, a exaustão tem sido um importante gatilho para o pensamento suicida. Pesquisa realizada aqui no Brasil pela Fiocruz (MS) também apresenta dados semelhantes em relação a estes transtornos mentais.

As mulheres são a principal força de trabalho da saúde, representando 65% dos mais de seis milhões de profissionais ocupados no setor público e privado, tanto nas atividades diretas de assistência em hospitais, quanto na Atenção Básica. Segundo dados do IBGE, em algumas carreiras, como Fonoaudiologia, Nutrição e Serviço Social, elas alcançam quase a totalidade, ultrapassando 90% de participação. Em outras como Enfermagem e Psicologia, estão com percentuais acima de 80%.

Infelizmente apesar das mulheres serem a maioria neste setor isso não se traduz na garantia de salários iguais aos dos homens, rara presença de mulheres em postos de comando ou de projeção. Apenas 20% do comitê de emergência da Organização Mundial da Saúde (OMS) e apenas um quarto dos decisores nos governos centrais são mulheres.



Villa-Lobos e o nacionalismo

Uma anedota a respeito de Heitor Villa-Lobos, diz que em um dos concertos da Semana de Arte Moderna entrou de casaca e chinelo em um dos pés causando grande protesto, quando na verdade o fez apenas porque tinha o pé machucado. Essa história, embora apenas um relato, ilustra a má vontade da classe latifundiária (principal frequentadora do Theatro Municipal de São Paulo) em relação aos artistas participantes da Semana.

Villa-Lobos é o maior compositor nacionalista brasileiro. Tornou-se um

modelo para a música erudita nacional nos anos 30, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, ou seja, em um momento da história do Brasil em que sua burguesia nacional se fortaleceu e obrigou a classe latifundiária a uma conciliação.

O compositor serviu ao getulismo não apenas com sua obra e com sua imagem, mas na construção do próprio indivíduo que a burguesia nacional brasileira necessitava: Villa-Lobos liderou o movimento do Canto Orfeônico, um grande projeto de educação musical calcado no

repertório folclórico que foi implementado no programa de educação nacional.

Ainda que não tenha servido ao proletariado (e nem poderia, dado as condições materiais do Brasil), a obra de Villa-Lobos deve ser celebrada e cultivada criticamente por nós. Naquele momento, a burguesia nacional possuía um caráter relativamente progressivo e o proletariado em sua teoria deve assimilar aquilo que há de mais valioso da cultura burguesa. Certamente Villa-Lobos, nosso maior compositor, é parte dessa herança.

BRASIL: PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA

Aproxima-se o bicentenário da falsa Independência

Daqui há alguns meses, em 7 de setembro, as classes dominantes do nosso país farão diversas atividades de comemoração sobre a versão oficial da Independência do Brasil, aquela que diz que Dom Pedro I do alto do seu cavalo branco gritou palavras de ordem bonitas e que a partir de então o Brasil passou a ser considerado um país soberano. A realidade desde então desmente a história que nos contam nas escolas e na TV. O Brasil seguiu sendo dominado pelos interesses estrangeiros, com sua burguesia e latifundiários servindo o imperialismo para ficar com os lucros que sobram dessa subserviência. Enquanto isso, é o nosso povo que paga a conta dessa situação. A fome, a miséria e a carestia que assolam a maioria dos brasileiros e brasileiras nascem do modelo econômico imposto ao nosso país, com a concentração das terras do latifúndio e a agricultura monoexportadora. Por isso no último mês os militantes da campanha concentraram suas forças em atividades de panfletagem do material produzido para denunciar essas mazelas e defender a necessidade de uma reforma agrária no nosso país. Foram realizadas proveitosas atividades para conversar com os trabalhadores e trabalhadoras sobre essa questão fundamental em São Paulo, Espírito Santo e Paraíba.



rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal, desenvolvemos um processo de assinaturas únicas de apoio, no valor de R\$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal